

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Patrimônio e Memória – uma discussão universalizada

Daise Aparecida Palhares Diniz Silva¹

Resumo: A discussão do tema Patrimônio e Memória sempre foi restrita ao meio acadêmico e profissional, apesar das mudanças conceituais já realizadas. Essa mudança precisa chegar à população que está fora dessa discussão, pois não justifica discutir, selecionar e divulgar aquilo que é patrimônio se este não é reconhecido por sua comunidade. Este artigo trata do desenvolvimento de um material didático que busca atender essa demanda. O diferencial desse material está nas atividades interativas, que incentivam o aluno a opinar sobre diversas situações, e possibilitam a discussão entre escolas de localidades distintas. O grupo de pesquisa Centro de Convergência de Novas Mídias desenvolve pesquisas destinadas ao letramento digital e à educação baseadas no trabalho colaborativo.

Palavras-chave: patrimônio, memória e inclusão digital.

Abstract: The quarrel of the subject Patrimony and Memory was always restricted to the academic and professional environment, despite the conceptual changes that had already happened. This change must reach the population that is out of this discussion, because, it doesn't justify to argue, to select and to divulge what patrimony is, if is not recognized by its community. This article deals with the development of a didactic material that tries to take care of this demand. This material has this differential in the interactive articles, that stimulate the students to give their opinions about several situations, and also makes possible the discussion between schools from distinct localities. The research group Centro de Convergência de Novas Mídias develops researches destined to the digital literacy and education based on collaborative work.

Keywords: Patrimony, memory and digital inclusion

O conceito de patrimônio hoje é bastante abrangente, e considera tudo aquilo que diz respeito a cultura de um grupo, de uma coletividade. Mas essa discussão durante muito tempo ficou restrita ao meio acadêmico e profissional, aos órgãos da área e especialistas que definiam e a selecionavam o que consideravam ser patrimônio. Nas últimas décadas ocorreram mudanças conceituais que serviram para ampliar essa noção. O conceito é sempre rediscutido, reavaliado, mas a mudança é absorvida lentamente tanto pelas instituições de proteção como pela sociedade. Esse processo de mudança precisa chegar mais rapidamente ao sujeito que está fora dessa discussão, o cidadão comum, uma vez que é o principal

¹ Graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Centro de Convergência de Novas Mídias, grupo de pesquisa da UFMG.

constituidor desse bem, pois não justifica discutir, selecionar e divulgar aquilo que é patrimônio se este não é reconhecido por sua comunidade.

Este artigo pretende apresentar a discussão que consubstanciou a elaboração de um material didático a respeito do tema Patrimônio e Memória, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Centro de Convergência de Novas Mídias – UFMG². A proposta é levar a discussão para fora do meio acadêmico e profissional de forma que o usuário do material possa construir seu conceito, sabendo criticar, opinar e participar mais conscientemente da manutenção e recriação dos significados e valores do bem cultural.

A construção e os usos do patrimônio e da memória se dão de acordo com as apropriações de cada sujeito ou grupo social. Um bem que é considerado patrimônio de um grupo hoje, possui significados diferentes para cada integrante do grupo, para outros sujeitos e em outros tempos. Em cada tempo e em cada momento, os significados e os usos serão diferenciados de acordo com a vivência, os contextos e a posição na sociedade. De acordo com Canclini,

“... los bienes reunidos en la historia por cada sociedad no pertenecen realmente a todos, aunque formalmente parezcan ser de todos y estar disponibles para que todos los usen. Las investigaciones sociológicas y antropológicas sobre las maneras en que se transmite el saber de cada sociedad através de las escuelas e los museos demuestran que diversos grupos se aproprian en formas diferentes y desiguales de la herencia cultural.” (CANCLINI, 1999: 17)

A apropriação será sempre diferenciada, independente da classe social, mas, nas palavras de Canclini, à medida em que pioram as condições econômicas e sociais da pessoa, menor será a capacidade de apropriação do patrimônio. Cada grupo possui seu próprio patrimônio, sua cultura e seus costumes são vivenciados diariamente e são formadores de sua identidade, mesmo que não sejam reconhecidos oficialmente ou ainda sejam considerados inferiores. Então por que insistir na idéia de patrimônio como formador de uma memória única, de uma história única? Por que quando se seleciona um bem em uma cidade, ou se constrói um museu a população não é consultada?

Em muitos casos se faz uma “limpeza social” do lugar, modifica-se todo o ambiente, instala-se um museu ou algum Centro Cultural com bares, lojas, exposição, café, livraria, e diz-se que é patrimônio daquele lugar, que faz parte da história das pessoas que “vivem” ali. E a população tem que aceitar e considerar algo assim como patrimônio? Ela não

² Grupo que produz pesquisas em culturas urbanas, historia social da cultura, comunicação e culturas contemporâneas e tecnologias da informação. Situado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, no Departamento de História.

se reconhece! São vários os exemplos desse tipo de ação. Um exemplo fictício, mas baseado em uma situação real:

Existe um projeto na prefeitura de uma cidade para implementação de um museu sobre os viajantes que trabalham naquela cidade. A idéia é locar o museu no prédio da rodoviária, que é do início do século XX, e serve de chegada para esses viajantes. A primeira ação é de inutilizar o prédio. Depois se faz uma limpeza social da região, por exemplo, fechando alguns hotéis baratos que serviam de pouso para esses viajantes e fechando outros comércios considerados baratos. O prédio fica fechado por muito tempo, sem satisfação para a população local, e é construída uma outra rodoviária, ao lado do museu. Quando finalmente é aberto o Museu dos Viajantes, a inauguração é feita para a elite local e não é realizado nenhum trabalho para que os viajantes freqüentem o museu. Ao contrário, todas as medidas são para inibir esse tipo de freqüentador, a imponência do museu, a cobrança da entrada e o uso das novas tecnologias sem orientação. Um museu que teoricamente foi pensado para viajantes humildes que vão àquela cidade para trabalhar será visto como Museu dos Viajantes, mas o menor público será o de viajantes. O lugar acaba sendo destinado para festas da elite, grandes lançamentos e grandes exposições. E o uso do espaço foi mudado sem que houvesse necessidade.

O exemplo é de um museu fictício, mas isso acontece com outros espaços e com outros usos do patrimônio. É dessa forma que o patrimônio, ainda hoje, é pensado e tratado. Mesmo depois de tantas discussões e mudanças conceituais as decisões continuam partindo daqueles que são detentores do poder econômico e político, sem perguntar pra que serve, para quem, o que significa e como vai ser apropriado. O cidadão comum fica de fora dessa decisão e em muitos casos não sabe nem o que está acontecendo. Cabe à população gostar e aceitar como parte de sua história e de sua memória. É repassado para a população como um bem público, um benefício para todos com a desculpa do desenvolvimento sustentável. De que forma um museu como o do exemplo acima pode colaborar para o desenvolvimento sustentável de uma cidade, de sua população? Como se impõe uso e apropriação de um bem e depois não se aceita a depredação, o abandono e a não-identificação com esse bem?

É direito do cidadão participar, escolher e decidir qual será o uso de seus bens. O patrimônio só faz sentido se tiver ligação com quem o vive. Ele precisa ter relação com sua comunidade, com seu grupo, do contrário se perde. O patrimônio se constitui da diversidade social e cultural de um povo, tanto ele como a memória são direitos do cidadão, não devem ser vistos apenas como uma produção oficial de uma história. Só o que garante a

sobrevivência do bem é sua utilização e a forma como os grupos interagem com ele. Apenas a oficialidade não dá garantias de preservação.

Marilena Chauí em seu livro *Cidadania Cultural – o direito a cultura*, no capítulo Direito à Memória, cita alguns eixos que direcionaram o trabalho do DPH de São Paulo na década de 90, e que ainda hoje são fundamentais para se realizar um bom trabalho com patrimônio, memória e a população. Citando alguns pequenos pontos:

*“... afirmação de memórias, no plural, histórias e não uma história, ou seja, ter presentes as determinações de classe, etnia e gênero e das lutas sociais e políticas como constitutivas da produção da memória e da história.
(...) afirmação de uma política de informação, com difusão e a divulgação das atividades (...) a fim de estabelecer amplos canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade.” (CHAUÍ, 2006: 125-128)*

Chauí afirma a importância da democratização das informações e discussões com a sociedade com fóruns de discussão, participação no conselho de patrimônio, audiências públicas, tudo com o objetivo de propor e receber propostas para o desenvolvimento do trabalho em relação ao patrimônio e à memória da população. Para que ocorra essa participação efetiva é preciso que a própria população reconheça a importância de sua participação nessas decisões. A população precisa opinar, decidir, e para isso é necessário que haja a divulgação e a discussão em todos os meios sociais. Quem vai passar pela praça descaracterizada, ou quem vai passar pela rodoviária improvisada, é o cidadão comum. Quem vai deixar de trabalhar em um mercado centenário, porque este vai ser transformado em ponto turístico, é o trabalhador que já conhece o lugar há muito tempo. A decisão deve partir de quem usa, de quem vive e não dos interesses de um grupo que está longe dessa vivência. De que adianta preservar, restaurar, revitalizar, transformar em patrimônio se os significados para quem usa e vive são outros ou se perderam? O primeiro elemento que deve ser considerado ao se discutir patrimônio é a população local, depois a forma como isso será realizado. A preservação de um bem não se justifica em sua materialidade, mas nos seus significados, nos sentidos que são dados por quem utiliza e vive esse bem.

Material didático

O grupo de pesquisa CCNM – Centro de Convergência de Novas Mídias – trabalha com pesquisas destinadas ao letramento digital e à educação, baseadas no trabalho colaborativo. Os trabalhos são desenvolvidos com uma equipe transdisciplinar.

Um dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o material didático, financiado pelo MEC, no formato de um *site* sobre patrimônio e memória. Partindo do princípio que são direitos do cidadão, uma das intenções deste material é discutir a idéia de que o patrimônio está além do que é oficial, e que está mais próximo de todos do que se imagina. E que os valores dos bens não são apenas o que as instituições dão a eles, e que são muito mais variadas as relações e significados existentes entre o bem cultural e os sujeitos sociais.

Para o desenvolvimento do material foi formada uma equipe que contou com alunos e profissionais dos cursos de história, comunicação, psicologia, ciência da computação e engenharia de controle e automação para discussão, pesquisa e programação³. A discussão, elaboração e produção dos textos e do vídeo “*pedra e cal – e eu?*” foram realizadas tanto por bolsistas como pelos pesquisadores do grupo.

A idéia de produzir esse material surgiu a partir alguns trabalhos realizados pelo grupo CCNM com comunidades quilombolas, grupos culturais e escolas do município de Belo Horizonte. Foi percebida a necessidade de ampliação da discussão a respeito do tema, para que esses locais pudessem se apropriar de forma mais efetiva de seus direitos e pudessem discutir e refletir um pouco mais sobre suas ações em relação aos seus patrimônios e memórias.

Três alunos do curso de História foram selecionados para ajudar na construção de um material didático. No início da pesquisa, não havia sido definido o formato do material. A discussão foi iniciada com o vídeo “*Diamantina – patrimônio da humanidade*”, produzido em julho de 2005 em Diamantina, numa viagem da equipe do CCNM para conhecer um de seus pontos, o asilo Pão de Santo Antônio⁴. O vídeo trata do patrimônio sob uma ótica diferenciada, a partir dos excluídos da cidade, os moradores de uma das periferias locais e do asilo que se encontra na periferia.

O vídeo é bastante provocativo e levantou várias dúvidas em relação ao que é considerado patrimônio e a quem interessa. Foram dois meses de leituras e discussões a respeito do tema sem entrar na questão do material. Pela diversidade dentro do grupo de

³ Equipe: Bolsistas e estagiários de história: Cássia Viana, Luciana Aquino dos Santos Dias, Sara Glória Aredes Moreira, Tiago Alisson Xavier, Gabriel Lopes. Estagiários de comunicação: Carolina Canguçu. Alunos do Projeto Libertas do Departamento de Ciência da Computação – UFMG. Estagiário da área de artes visuais: Fábio Belotte. Estagiário da engenharia de controle e automação: Lucas Emídio. Estagiária do ensino médio: Alice Lopes Fabris. Pesquisadores da área de comunicação: Renata Ornelas, Raquel Junqueira, Ana Cristina Vilela Zacharias. Área de Psicologia: Carmella Campicci. Informática gerencial: Guilherme Guerra

⁴ O grupo possui vários pontos distribuídos por Minas Gerais. Entre eles 11 escolas da rede municipal de Belo Horizonte, o asilo Pão de Santo Antônio em Diamantina e alguns grupos culturais da cidade, além de outros pontos no estado.

discussão, houve também algumas divergências e cada um, estagiário, bolsista ou pesquisador, pôde contribuir levando um texto ou assunto para ser apresentado e discutido.

Após essa discussão inicial o grupo precisou definir o público-alvo e foi realizada uma aula-teste em uma turma de educação patrimonial para crianças com idade entre 8 e 12 anos. Foi constatado que nessa faixa etária a discussão abstrata é muito difícil de acontecer. O grupo procurou profissionais que já produzem material didático e depois de algumas conversas decidiu que a faixa etária mais adequada para iniciar a discussão seria de adolescentes entre 15 e 18 anos. Depois o grupo teve de pensar qual o melhor formato de material que pudesse fazer com que alunos dessa faixa etária se interessassem em discutir patrimônio. A decisão encontrada foi o formato de um *site* leve que contivesse atividades interativas e que pudesse também atender um objetivo do CCNM, a inclusão digital.

Como é um material com formato diferenciado, financiado pelo MEC e que pretende ser utilizado em sala de aula, o grupo decidiu criar uma parte do *site* destinada apenas a professores, contendo orientações das atividades, orientações para discussões dos vídeos, indicação de filmes para serem usados em sala e uma referência bibliográfica sobre o tema. O objetivo é que o professor também possa construir a sua idéia de patrimônio aprofundando na discussão e, dessa forma, possa ser um orientador do aluno na construção de sua noção de patrimônio.

O material pretende discutir o conceito e o reconhecimento dos bens e de grupos através da oficialidade e a não-oficialidade e pretende provocar no aluno o pensamento crítico e reflexivo sobre o tema. É disponibilizado on-line e inicialmente propõe a discussão dos conceitos, da trajetória do patrimônio no Brasil, a oficialização, o tangível e o intangível e os usos do patrimônio.

Todas as atividades foram pensadas de forma interativa, incentivando o aluno a pesquisar em vários meios, discutir e opinar sobre diversas situações a respeito do tema. Inicialmente foram pensadas três atividades que propõem a inclusão digital, pois levam o aluno a conhecer as possibilidades da Internet de forma a construir seu conhecimento. O aluno é instigado a pensar a partir de lugares diferenciados nas atividades. Para isso foram desenvolvidos debates on-line através de um *chat*, possibilitando a discussão entre alunos de escolas e localidades distintas. Nessa atividade o professor vai coordenar o debate, mas sem poder interferir no rumo da discussão, atuando apenas como observador. Outra atividade estimula a pesquisa na Internet para conhecer a imagem de alguns países orientais e africanos, chegando ao Brasil e à cidade do aluno. Nessa atividade há uma orientação para que o aluno realize a busca pela Internet e no final é proposto que ele mesmo crie um *site* sobre sua cidade

ou seu lugar. Para isso, há um link de um curso on-line produzido pelo CCNM, que mostra como criar uma página desde o HTML até CSS, PHP e outras linguagens para criação de páginas. A terceira atividade consiste num jogo em que o aluno deve decidir o que fazer em relação ao patrimônio de uma cidade fictícia. Seu caminho depende das escolhas que faz durante o jogo.

O vídeo “*Pedra e cal – e eu?*” foi produzido para servir de fonte e, junto com outros dois⁵, compõe uma pequena lista para o material. Todos três realizam a discussão a respeito do patrimônio e da memória, de forma sutil como em “*Diamantina – patrimônio da humanidade*”, ou mais direta como em “*Pedra e cal – e eu?*”. Durante a produção do vídeo foram coletados depoimentos da população de Belo Horizonte sobre “o que é patrimônio”.

O que foi constatado pelo grupo é a necessidade da universalização da discussão. A cidade possui muitos bens considerados patrimônios, centros culturais para todos os gostos, teatros, festivais de dança, cinema e teatro, e muitos outros, investe-se em publicidade para a cidade e seu patrimônio. Mas a população não se apropria desses bens, ou melhor, grande parte da população fica à parte de toda essa produção e programação.

Nas conversas para produção do vídeo, muitos entrevistados não reconheciam esses bens, não reconheciam nem os oficiais, muito menos os não-oficiais. Para grande parte, patrimônio é só aquilo que o Estado define, e mesmo assim, só é de todos porque se paga imposto, e não por reconhecimento de uma memória, de uma história. Grande parte dos entrevistados não reconhece o patrimônio da cidade como pertencentes a eles, e não reconhecem nada próximo como patrimônio. Os que demonstraram uma noção mais ampliada eram os que se diziam envolvidos em alguma atividade cultural.

O resultado do vídeo nos faz refletir sobre o conceito e seu uso. Para que serve o patrimônio, para quem é destinado e quais seus significados. A partir da produção desse material ficou ainda mais clara a importância de universalização da discussão entre todas as camadas da sociedade. Mais uma vez, de que adianta preservar, restaurar, revitalizar, oficializar como patrimônio se a população não é consultada e não se reconhece naquilo que é eleito como patrimônio? Se os sentidos que a população dá a esses bens são diferenciados? É preciso ampliar a discussão através de fóruns de discussão, audiências públicas e, principalmente, introduzir esse tema nas escolas. Pois é neste espaço que se tem maior oportunidade de estimular o pensamento crítico e reflexivo do aluno e mostrar a importância de sua participação como cidadão nas discussões sobre formação de políticas públicas.

⁵ Ciclone – lento e sutil; Pedra e Cal – e eu?; Diamantina – patrimônio da humanidade.

Referências Bibliográficas

CHAGAS, Mário. *O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Direito à Memória: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental*. In: CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural – o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Los usos sociales del Patrimonio Cultural*. In: CRIADO, Encarnación Aguilar. **Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio**. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. 1999. p. 16 a 33.